

Progresso da Reestruturação do MMDI-TC

Da conformidade formal à demonstração de valor público

Reunião virtual | Maio de 2026

MMDI-TC

Sumário

1. Avaliação do cenário atual
2. Fundamentos que sustentam a transformação
3. Modelo de cadeia de valor
4. Visão consolidada dos macroprocessos propostos
5. Cronograma de execução do projeto MMDI-TC

Por que o modelo precisa evoluir

Contribuição histórica do MMD-TC

- Induziu boas práticas desde 2013.
- Criou linguagem comum entre os Tribunais de Contas.
- Estabeleceu parâmetros mínimos e referências institucionais.
- Fortaleceu a institucionalização de estruturas e processos.

Nova exigência institucional

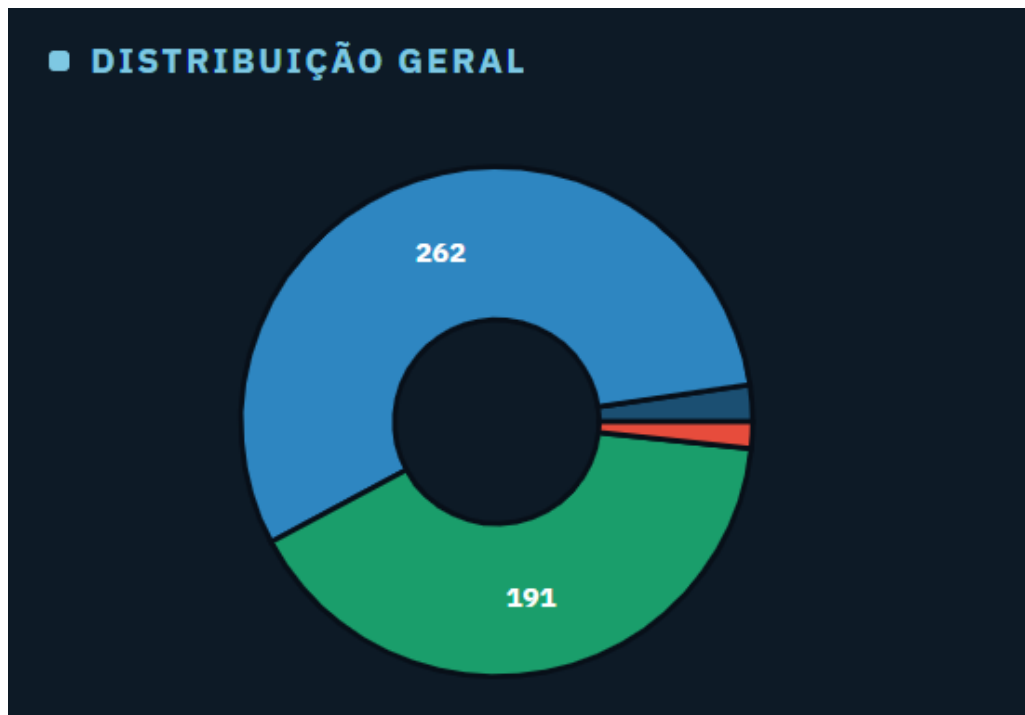
- EC nº 139 reforça a **essencialidade** e amplia a responsabilidade de demonstrar valor público.
- Contexto de atuação dos TCs mais complexo.
- Maior demanda por evidências de resultados.
- Necessidade de demonstrar contribuição para governança, políticas públicas e serviços.

A pergunta central da reestruturação

O modelo atual aponta para a direção estratégica desejada?

- Mede a existência de estruturas?
- Mede o uso efetivo dessas estruturas?
- Mede a qualidade das entregas?
- Mede resultados observáveis?
- Mede contribuição para governança pública, políticas públicas e serviços entregues à sociedade?

Diagnóstico · 472 Critérios



Predominâncias das dimensões de capacidade e produtos.

Baixa conexão com resultados e impacto.



Modelo Atual do MMD-TC

Foco no que é mais fácil observar:

Mede a existência formal de documentos e unidades, mas não necessariamente a qualidade das auditorias ou a melhoria da governança.

Excesso de critérios fragmentados:

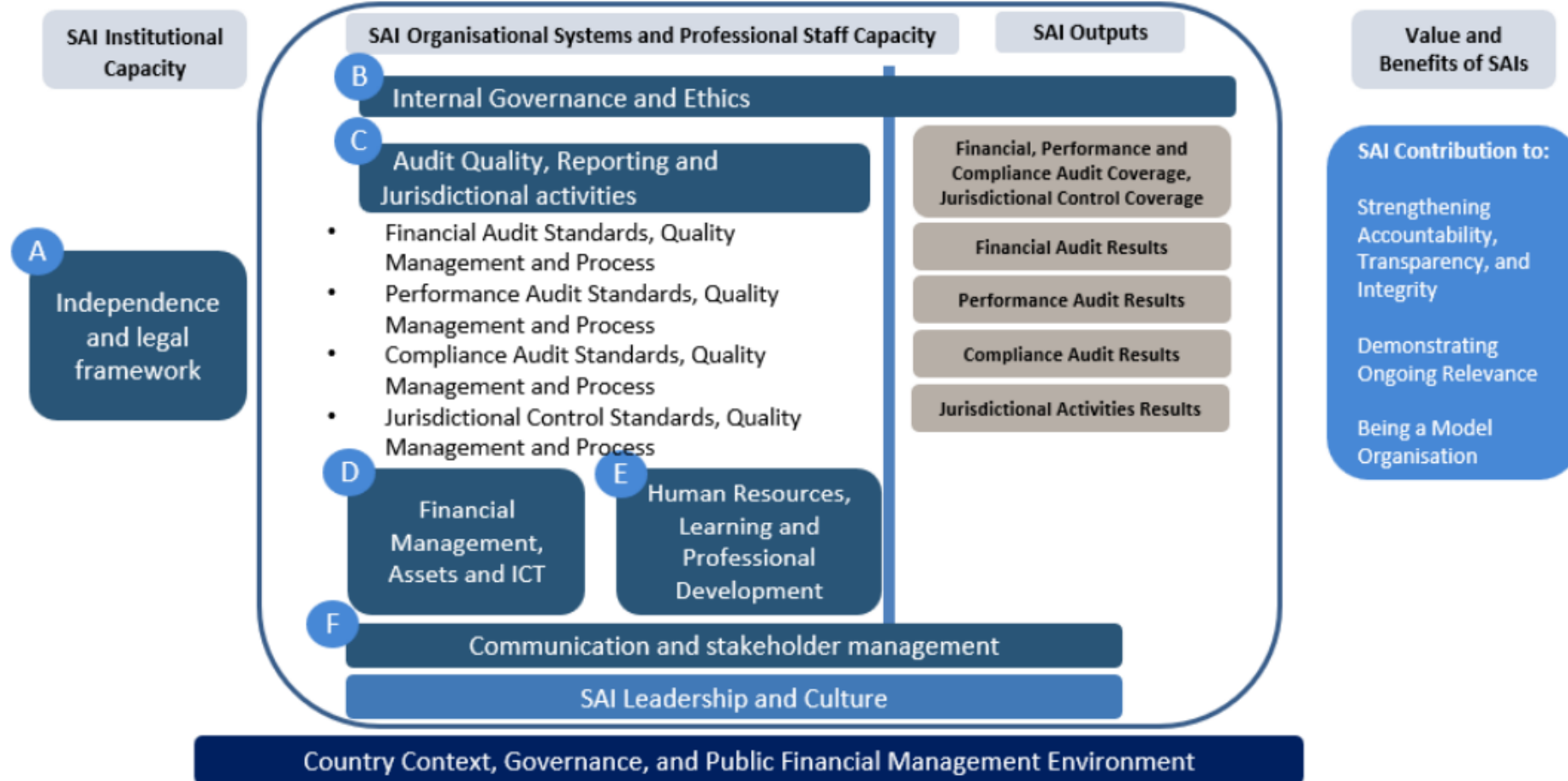
O acúmulo histórico de itens gera alto esforço operacional de coleta, mas entrega pouca informação sintetizada para apoio à decisão.

Lacuna de orientação estratégica:

O sistema produz muitas métricas, avalia o que as instituições têm, mas diz pouco sobre o que elas produzem e quase nada sobre o que transformam.

Modelos Internacionais

SAI PMF 2025



Da conformidade ao impacto



O limite do SAI PMF: a medição foca exclusivamente nos fatores sob controle direto da instituição.



O SAI PMF mapeia e mensura numericamente apenas a infraestrutura interna e as entregas diretas (relatórios, pareceres).

Benefícios externos dependem da ação de outros atores (gestores públicos) e não são medidos por indicadores numéricos neste modelo.

Matriz de Diagnóstico Comparativo: As diferenças essenciais entre os modelos.

	SAI PMF 	MMDI-TC 
Lógica de Organização	6 Domínios temáticos que misturam capacidades, normas e processos. 	Matriz cruzada (Eixos de Atuação vs. Fluxo de Cadeia de Valor). 
Escopo de Medição Direta	Foca estritamente em fatores sob controle direto (Capacidades e Produtos). 	Mapeia textualmente e vincula Produtos aos Resultados e Impactos na sociedade. 
Elementos Transversais	Governança e Cultura alocadas como indicadores dentro de domínios. 	Atuam como alicerces organizadores que cruzam todos os processos finalísticos. 
Função Jurisdicional	Processos legais avaliados como um anexo (3 indicadores específicos). 	Eixo de Atuação principal e independente, com matriz de valor própria. 

Mudança de paradigma

Não se trata apenas de...

- reorganizar critérios antigos;
- reduzir redundâncias;
- atualizar nomenclaturas;
- manter a lógica anterior com outro desenho.

Trata-se de...

- redefinir o propósito do modelo;
- diferenciar existência, uso, qualidade e resultado;
- avaliar a geração de valor público;
- criar informação mais estratégica e acionável.

Reengenharia conceitual do modelo.

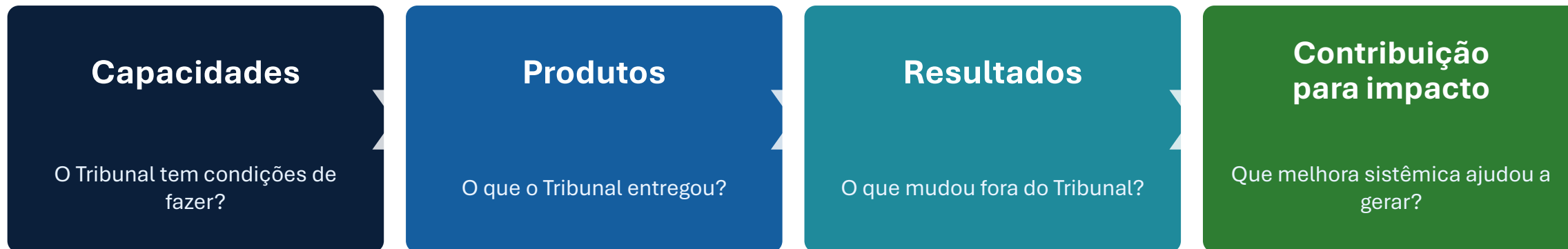
Nova pergunta avaliativa

De “o Tribunal possui?” para “o Tribunal gera valor?”

- O Tribunal possui condições de atuar?
- O Tribunal entrega produtos relevantes e qualificados?
- Essas entregas são utilizadas?
- Elas produzem mudanças observáveis?
- Elas contribuem para melhorias institucionais, políticas públicas e serviços?
- Há evidências suficientes para sustentar essa conclusão?

Nova lógica do MMDI-TC

Da conformidade formal ao valor público



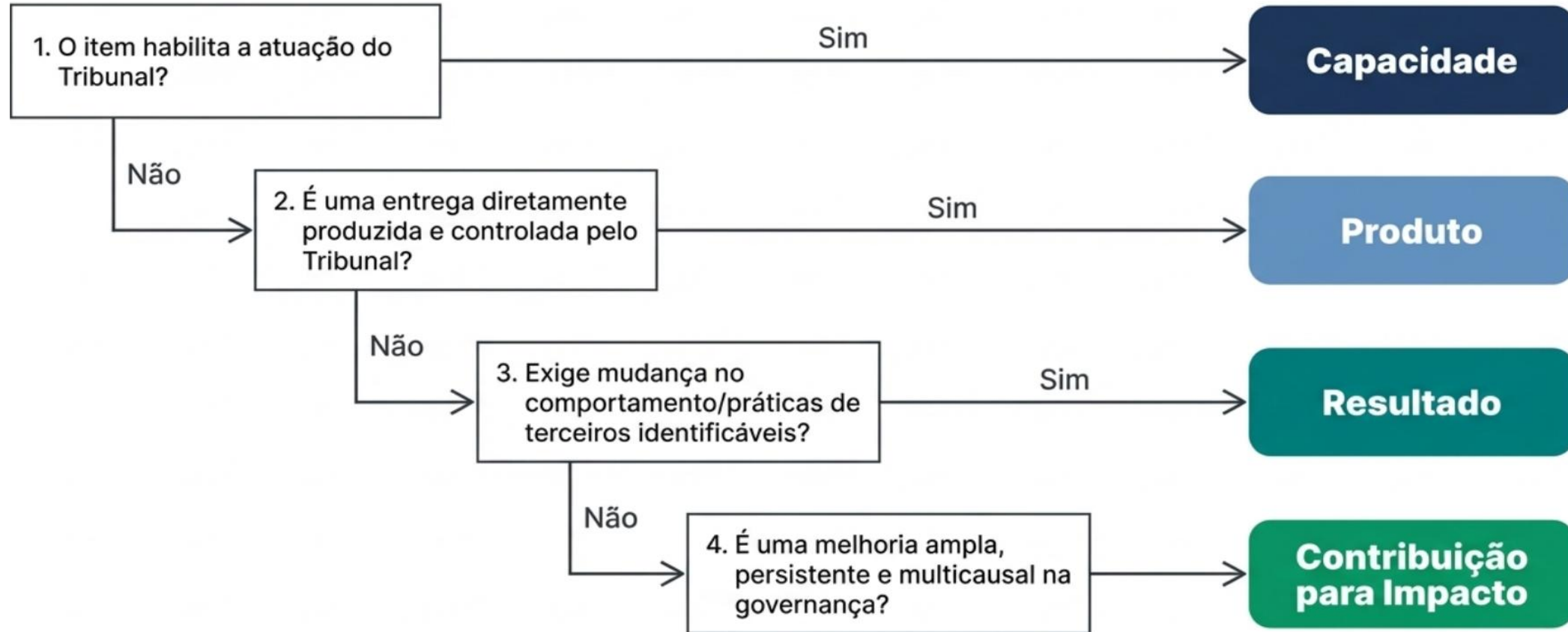
A cadeia orienta a leitura, mas não presume causalidade automática entre as etapas.

- Cada nível responde a uma pergunta diferente.
- Cada nível exige evidências próprias.
- Cada nível possui grau distinto de controle pelo Tribunal.
- A distinção evita confundir recursos, entrega, efeito e valor público.

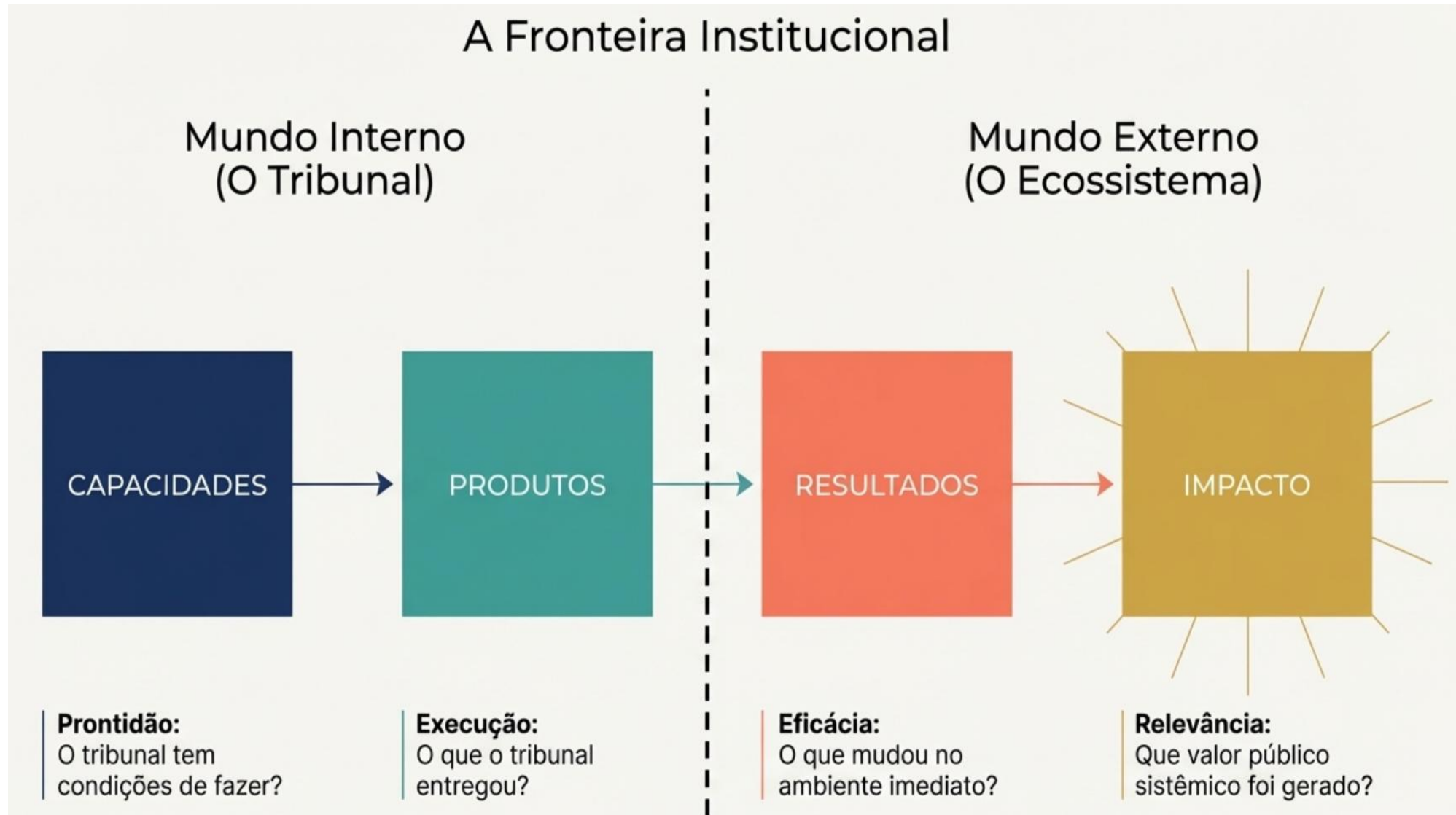
A Nova Arquitetura: A Cadeia de Valor



Fluxo de Classificação



Parâmetros de Diferenciação



Parâmetros de Diferenciação

Quem precisa agir?



- Apenas o Tribunal → Capacidade ou Produto.
- Terceiros Externos → Resultado ou Impacto.

Qual a evidência mínima?



- Atos internos → Capacidade.
- Entrega verificável → Produto.
- Adoção comprovada → Resultado.

Qual o horizonte temporal?



- Curto Prazo → Capacidade / Produto.
- Médio Prazo → Resultado.
- Longo Prazo → Contribuição para Impacto.

Por que falar em “contribuição para impacto”

- A atuação dos Tribunais ocorre em *ambientes complexos*.
- Mudanças sistêmicas dependem de *múltiplos atores*.
- Resultados podem ser influenciados por *muitas causas* (orçamento, política, gestão, legislação, contexto social).
- A conexão entre atuação do Tribunal e impacto **não é automática**.
- Não se pode atribuir causalidade exclusiva ao Tribunal.

Como medir melhor

Menos checklist formal, mais maturidade, evidência e informação acionável.

De critérios para indicadores de maturidade

O que reduzir

- fragmentação excessiva;
- critérios meramente formais;
- dependência de respostas binárias;
- checklists pouco estratégicos.

O que fortalecer

- poder analítico dos indicadores;
- diferenciação entre existência, uso, qualidade e resultado;
- evidências mais qualificadas;
- informação útil para planejamento e melhoria.

Estrutura estratégica proposta

Cinco macroprocessos finalísticos sustentados por uma base transversal de governança e gestão institucional.

Estrutura estratégica proposta

Cinco macroprocessos finalísticos e uma base transversal

- 1 **Controle de contas anuais e fiscalização financeira**
- 2 **Fiscalização de conformidade e controle de legalidade**
- 3 **Fiscalização de desempenho de políticas, programas e serviços**
- 4 **Responsabilização e tutela do erário**
- 5 **Relacionamento institucional, comunicação e transparência**

**Atuação
finalística
dos TCs**

Base transversal: governança e gestão institucional

Base transversal

Governança e gestão institucional

Estratégia

Pessoas

Tecnologia

Gestão da informação

Inovação

Gestão do conhecimento

Suporte metodológico

Gestão organizacional

Capacidades profissionais

A base transversal sustenta todos os macroprocessos finalísticos. Não se trata de uma entrega finalística isolada, mas de condição para a atuação institucional qualificada.

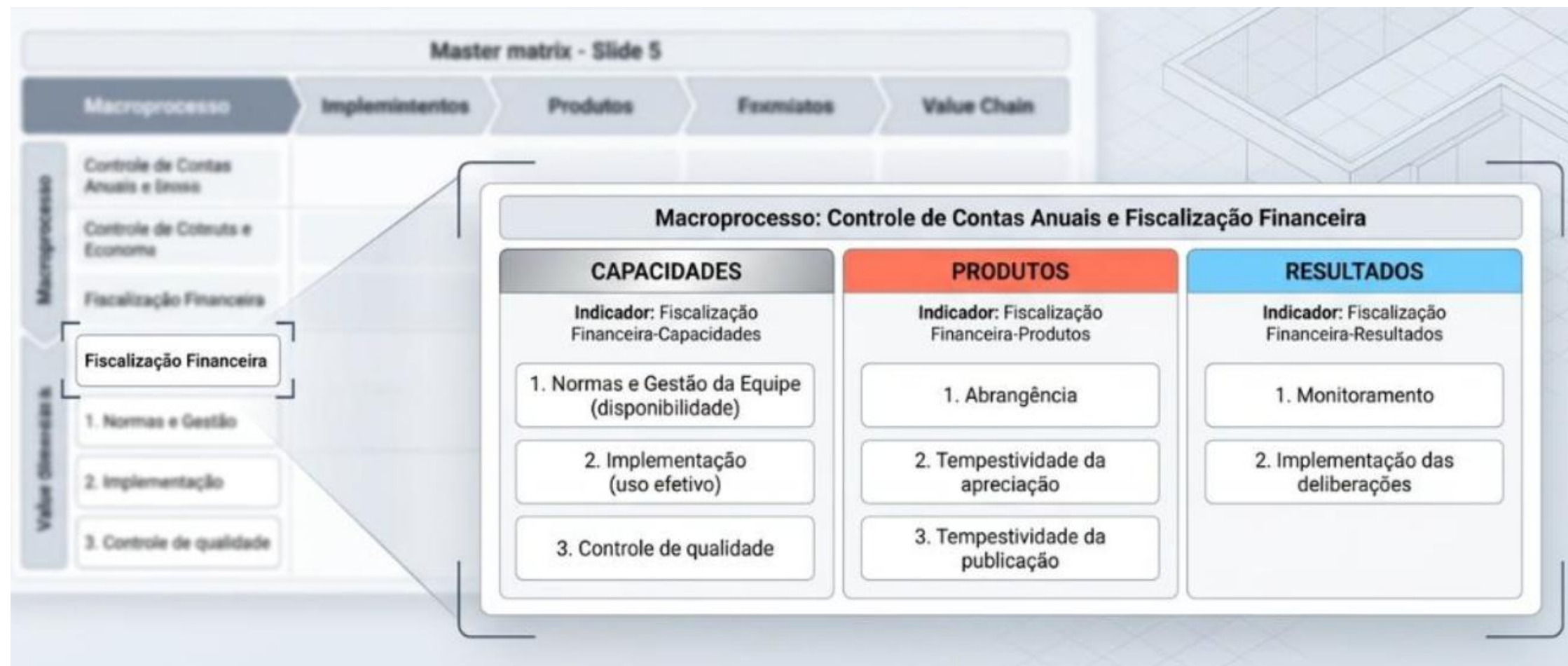
Maturidade vertical e horizontal

A dupla lente da avaliação

CAPACIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	CONTRIBUIÇÃO PARA O IMPACTO (Valor Público)
Cultura Organizacional			
1. Controle de contas anuais e fiscalização financeira	Acórdão, pareceres prévios, relatórios de auditorias, alertas	<p>Maior regularidade e responsabilização, accountability governamental</p> <p>*Benefic.: Legislativo, Jurisdicionados e Erário</p>	<p>Credibilidade das contas públicas.</p> <p>Regularidade e economicidade de atos e contratos.</p> <p>Efetividade de políticas, programas e serviços públicos.</p> <p>Confiança da sociedade e integridade.</p> <p>Legitimidade e transparência.</p>
2. Fiscalização de conformidade e controle de legalidade de atos e contratos	Relatórios de auditoria, instruções processuais, deliberações, manifestação sobre denúncias e representações, determinações e recomendações	<p>Correção de impropriedades e reforço nos controles internos</p> <p>*Benefic.: Legislativo, Sociedade, Jurisdicionados e Erário</p>	
3. Fiscalização de desempenho de políticas, programas e serviços públicos	Relatório de auditoria, avaliação de políticas públicas, levantamentos e monitoramentos.	<p>Melhoria na gestão pública e implementação de recomendações</p> <p>*Benefic.: Legislativo, Jurisdicionados e beneficiários de políticas públicas</p>	
4. Responsabilização e tutela do erário	Acórdãos condenatórios, imputação de débito e multas, medidas cautelares, tomas de contas especiais e declarações de inidoneidade.	<p>Responsabilização efetiva, recomposição de dano e interrupção de dano ao erário.</p> <p>*Benefic.: Sociedade e erário.</p>	
5. Gestão da comunicação e relacionamento institucional	Respostas a consultas, normas, jurisprudência, relatórios de desempenho, relatórios de transparência, registros de ouvidoria e comunicação com partes interessadas, parcerias e realização de eventos institucionais, adesão formal a redes e grupos de trabalho, instituição de mesas técnicas e de gabinetes de articulação.	<p>Maior transparência e responsividade institucional, melhoria da gestão, engajamento das partes interessadas.</p> <p>*Benefic.: Sociedade civil, Legislativo, Jurisdicionados e mídias.</p>	
6. Governança e Gestão Institucional			

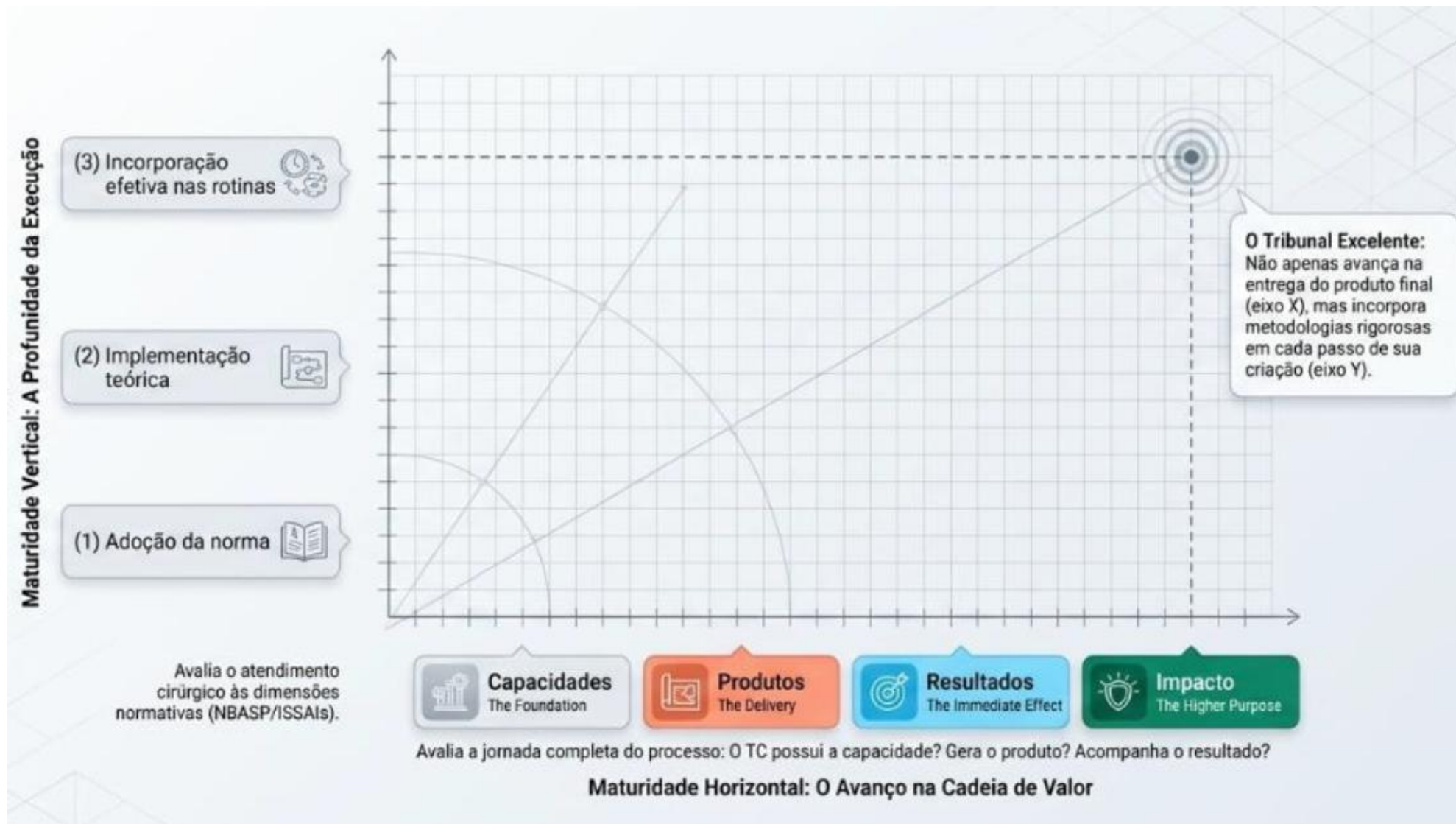
Estrutura estratégica proposta

Cinco macroprocessos finalísticos e uma base transversal



Maturidade vertical e horizontal

A dupla lente da avaliação



Aprovação pela
Atricon e CNPTC

2025
SET

Disseminar e obter
sugestões à
proposta conceitual
e metodológica

2025/26
OUT/SET

1. Realizar
Entrevistas
2. Entregar Relatório
de Lacunas

2026
ABR

1. Definir nova
estrutura
metodológica
2. Organizar
pilotos

2026
10 JUN

2026
AGO

1. Definir pontuação e
atualizar cronograma
do Piloto

2026
JUL

1. Definir Domínios,
Indicadores
e Critérios.

Realizar
piloto

2026
SET/OUT

1. Realizar workshop
2. Capacitar TCs e
comissões
3. Painel Especialistas

2026
NOV

Definir
cronograma de
aplicação
do MMDI para
2027

2027
JAN

2027

Mensagem final

O novo MMDI-TC deve ser mais do que um instrumento de verificação formal.

- Orientar prioridades estratégicas
- Induzir melhoria institucional
- Demonstrar entregas relevantes
- Permitir observar resultados
- Evidenciar contribuição para valor público

Genédio e Reinaldo
Comitê Executivo MMDI-TC/TCDF